

Com a Claro, você se conecta + com o que ama.

# Eu e o novo

## AMERICEL S.A.

CNPJ: 01.685.903/0001-16



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas:** Atendendo às disposições legais, a Administração submete à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras da Americel S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023. Permanecemos ao inteiro dispor de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários.

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				
	Notas	2024	2023	
<b>Ativo</b>				<b>Passivo e patrimônio líquido</b>
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.917	19.959	Fornecedores
Contas a receber, líquidas	5	5.322	4.131	Obrigações fiscais, líquidas
Partes relacionadas	13	13.392	26.051	Provisões
Tributos a recuperar, líquidos	6.1	463	2.239	Partes relacionadas
Outros ativos		2.131	1.881	Passivo de arrendamento
		24.225	54.261	Outras obrigações
				66.939
				124.820
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>
Tributos a recuperar, líquidos	6.1	49.361	99.086	Provisões
Tributos diferidos, líquidos	6.2	159.196	151.559	Partes relacionadas
Depósitos e bloqueios judiciais	12.1	94.271	89.904	Passivo de arrendamento
Outros ativos		2.366	1.306	Passivo atuarial
Investimento	7	3.961.580	3.898.300	
Imobilizado	8	24.039	32.813	
Intangível	9	1	2	
		4.290.814	4.272.970	
		4.315.039	4.327.231	
<b>Total do ativo</b>				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>
				4.315.039
				4.327.231

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros			Dividendo adicional proposto	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes acumulados	Ganhos (perdas) em transações de capital	Patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros					
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.688.598</b>	<b>135.100</b>	<b>1.169.416</b>				<b>961</b>	<b>2.990.752</b>
Lucro líquido de exercício					1.031.582	(3.323)		1.031.582
Constituição de reserva legal (Nota 16)		51.579			(51.579)			
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 16)					(9.800)			(9.800)
Dividendos intercalares (Nota 16)					(79.649)			(79.649)
Constituição de reserva de lucro (Nota 16)			890.554		(890.554)			
Dividendos intermediários e juros sobre capital próprio (Nota 16)			(90.765)					(90.765)
Atualização de passivo atuarial, líquido						(12.194)		(12.194)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.688.598</b>	<b>186.679</b>	<b>1.969.205</b>			<b>(15.517)</b>	<b>961</b>	<b>3.829.926</b>
Lucro líquido de exercício					105.569			105.569
Aumento de capital (Nota 16)	2.004.205		(1.954.205)					50.000
Constituição de reserva legal (Nota 16)		5.278			(5.278)			
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 16)					(1.003)			(1.003)
Dividendo adicional proposto (Nota 16)				99.288	(99.288)			
Dividendos intermediários (Nota 16)			(15.000)					(15.000)
Atualização de passivo atuarial, líquido						2.665		2.665
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>3.692.803</b>	<b>191.957</b>		<b>99.288</b>		<b>(12.852)</b>	<b>961</b>	<b>3.972.157</b>
		191.957					(1.891)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Americel S.A. ("Americel" ou "Companhia"), sociedade por ações de capital fechado constituída em 18 de fevereiro de 1997, tem como objeto social a prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), e, a prestação de serviços de instalação, manutenção, comercialização e locação de bens. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia é controlada pela Claro Telecom Participações S.A. ("ClaroPar"), detentora de 99,99% do capital social total.

#### 2. BASES DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPC7 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

##### b) Bases de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo, também foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses (ciclo operacional normal). Caso contrário, são classificados e demonstrados como não circulantes. A única exceção refere-se aos saldos dos tributos diferidos ativos e passivos, que são classificados e demonstrados integralmente como não circulantes. As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pois representam custos de obtenção de recursos financeiros. A Companhia adotou todos os pronunciamentos, revisados e interpretações e orientações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 17 de março de 2025.

##### c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) que também é a moeda funcional da Companhia.

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos.

#### 3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

##### 3.1. Novos pronunciamentos contábeis

Os pronunciamentos abaixo foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis ("CPC") adotados pela primeira vez em 1º de janeiro de 2024 e não causaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras:

Normas e Emendas a Normas	Alterações
CPC 26 (R1): Apresentação das demonstrações financeiras	Alterações quanto à classificação da dívida com "covenants".
CPC 03 (R2): Demonstração dos fluxos de caixa	Alterado pelos Acordos de financiamento de fornecedores.
CPC 40: Instrumentos Financeiros: Divulgações	Alterações destinadas a clarificar a forma como um vendedor-louçatário mede subsequentemente as operações de venda e de locação financeira.
CPC 06 (R2): Locações	

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações emitidas pelo CPC e Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade ("CBPS") tinham sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória:

Normas e Emendas a Normas	Alterações	Vigências
CPC 18 (R3): Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Passou a permitir o método da equivalência patrimonial (MEP) na mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, seguindo mudanças nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais, apenas ajustes redacionais e normativos.	1º de janeiro de 2025
CPC 02 (R2): Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	Emenda referente a ( <i>Lack of Exchangeability</i> ) falta de conversibilidade.	1º de janeiro de 2025
CBPS 01: Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade	Resoluções CVM 217/24 / 218/24: Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e divulgações relacionadas ao clima, com base no padrão internacional emitido pelo ISSB e aprovadas pelo CBPS.	1º de janeiro de 2026
CBPS 02: Divulgações relacionadas ao clima		1º de janeiro de 2026

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. Com base em análises preliminares, a Companhia estima que a implementação destas normas, alterações e interpretações vigentes em 1º de janeiro de 2025 não terão impacto relevante nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial.

##### 3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício, conforme Notas 4 e 19.

##### 3.3. Instrumentos financeiros

###### a) Instrumentos financeiros

**Reconhecimento inicial e mensuração**  
No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) a valor justo por meio de resultado.

A classificação dos ativos financeiros depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios no qual é gerenciado.  
Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, créditos com partes relacionadas e depósitos judiciais.

###### Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

###### Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda na baixa é reconhecido no resultado.

###### Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados abrangentes são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

###### Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado e incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente a valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

###### Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:  
• Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou  
• Ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (i) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

###### b) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável.

Os requisitos de redução de valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, se, na data do balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, deve ser feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses e para os quais houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, e necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

###### c) Passivos financeiros

**Reconhecimento inicial e mensuração**  
No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) passivo financeiro a valor justo por meio de resultado e (ii) a outros passivos financeiros. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, passivos com partes relacionadas e passivo de arrendamento.

###### Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, conforme descrito abaixo:  
**Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**  
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultados.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de compra no curto prazo.  
Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 48. Derivativos, incluídos os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

###### 3.4. Contas a receber, líquidas

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado e avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas menos as perdas de crédito esperadas. As contas de clientes dos serviços de telecomunicações são registradas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Incluem também serviços prestados e não faturados até as datas dos balanços e as contas a receber decorrentes de cessão de meios, circuitos e compartilhamento de sites.

A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

###### 3.5. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos, vide Nota 19.

###### 3.6. Estoques

Representados substancialmente por itens de reposição de equipamentos de transmissão e equipamentos de infraestrutura.

###### 3.7. Investimento

Oligativo financeiro sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação à investida. O investimento da Companhia em sua coligada foi contabilizado inicialmente ao custo e é atualizado com base no método da equivalência patrimonial. Os valores contábeis dos investimentos são ajustados para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia nos patrimônios líquidos das coligadas a partir da data de aquisição. As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia e as práticas contábeis adotadas pela coligada, são consistentes (ajustadas quando aplicável) com aquelas adotadas pela Companhia.

Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer a perda de valor decorrente da investida após a aplicação do método da equivalência patrimonial. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

###### 3.8. Imobilizado

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Após a aquisição do bem o imobilizado está sendo calculado pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens revisada anualmente ao final de cada exercício, conforme Nota 8.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

###### Ativos de direito de uso

A Companhia avalia, na data do início dos contratos, se esses contratos são ou contêm arrendamentos, se eles transmitem o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida.

No início de um contrato de arrendamento, as empresas arrendatárias reconhecem um passivo de arrendamento referente às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassem 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia possui arrendamento de determinados equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor.

###### Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos são subsequentemente mensurados ao custo, deduzidos da depreciação acumulada, das perdas por redução ao valor recuperável e ajustadas por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos incursos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo do ativo de direito de uso refletir o exercício de uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa a partir da data de início do arrendamento.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável.

###### Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamento considerados na mensuração do passivo de arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, o valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício da opção; e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				
	Notas	2024	2023	
Receita operacional, líquida	17	156.659	156.889	
Custo dos serviços prestados	18 (17.785)	(32.641)		
Lucro bruto	138.874	124.248		
Despesas comerciais	18 (2.821)	(252)		
Despesas gerais e administrativas	18 (4.106)	(10.288)		
Resultado de equivalência patrimonial	7	60.929	942.133	
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		(16.572)	4.312	
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social		176.304	1.060.153	
Receitas financeiras	19	10.176	11.945	
Despesas financeiras	19	(29.824)	(29.870)	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		125.296	1.042.128	
Imposto de renda e contribuição social correntes	20 (27.525)	(10.287)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	7.798	(259)	
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>105.569</b>	<b>1.031.582</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				
	2024	2023		



**AMERICEL S.A.**

CNPJ: 01.685.903/0001-16



→ continuação

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Esses tributos são apresentados como deduções das receitas de serviços na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

**3.13. Participação de empregados no resultado**  
A Companhia constituiu provisão para participação de empregados nos resultados, a qual é calculada com base em metas de performance estabelecidas de acordo com o planejamento anual.

**3.14. Outros ativos e passivos**  
Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu valor de custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco e do valor envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**3.15. Ajuste ao valor presente de ativos e passivos**  
Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. Os de curto prazo são também ajustados quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa esperados para a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

**3.16. Apuração do resultado**  
As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. A Companhia presta serviços de instalação, operação, provimento de circuitos e compartilhamento de infraestrutura, onde as receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados conforme vigência de contrato.

**3.17. Resultado financeiro**  
Representa juros e variações cambiais e monetárias sobre títulos e valores mobiliários, mútuo com partes relacionadas e outros ativos e passivos sujeitos à atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreendem despesas e finanças bancárias, bem como despesas com PIS e COFINS (ambos calculados sobre receitas de multas e juros sobre capital próprio ativos, quando aplicável).

**3.18. Mensuração do valor justo**  
A Companhia mensura os instrumentos financeiros pelo valor justo na data de cada balanço. O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo baseia-se na presunção de que a operação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade ocorrerá:

- No principal mercado para o ativo ou passivo; e
  - Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O principal ou o mais vantajoso mercado deve ser acessível pela Companhia.
- O valor justo de um ativo ou um passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado ajam no seu melhor interesse econômico.
- A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado de gerar benefícios econômicos usando o ativo no seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que iria usar o ativo em seu maior e melhor uso.
- A Companhia usa técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para os quais estão disponíveis para mensurar o valor justo de dados suficientes, maximizando a utilização de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia do valor justo, como segue, com base na entrada de nível mais baixo que é significativa para a mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo não é observável.

Os valores de mercado são calculados em momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas.

**3.19. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significantes**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

**Estimativas e premissas**  
As principais premissas relativas ao futuro e outras principais fontes de incerteza nas estimativas na data das demonstrações financeiras, que têm um risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício social, são descritas a seguir.

**Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**  
Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares no mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

**Tributos**  
Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal.

**Valor justo de instrumentos financeiros**  
Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

**Provisões para contingências**  
A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias, trabalhistas e regulatórias avaliadas como perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A Companhia registra provisões para contingências no passivo circulante e não circulante, de acordo com a estimativa de prazo de liquidação. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 12.

**Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão**  
A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir empréstimo, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxa observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento.

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia revisa o prazo de arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

**Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego**  
O custo de benefício definido e o valor presente da obrigação de planos de aposentadoria com benefício definido, com contribuição variável e de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e crescimento de custos médicos. A obrigação de cada um dos planos é sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ac determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de títulos públicos representados por papéis Notais do Tesouro Nacional série B ("NTN-B") com vencimento correspondente à duração da obrigação atuarial do benefício definido de cada plano. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade usualmente adotadas no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria se baseiam na política de recursos humanos da organização considerando o perfil dos participantes envolvidos e nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Crescimento dos custos médicos corresponde a uma curva decrescente que parte da expectativa de curto prazo de aumento dessas despesas com redução gradual até a expectativa de longo prazo. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 14.

**Provisão para perdas de crédito esperadas**  
A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

**Provisão para desmantelamento de ativos**  
A provisão para obrigações decorrentes da desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros, registrada em contrapartida ao ativo imobilizado, são registradas com base no valor presente de custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados.

O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.

Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes dos impostos que reflete riscos específicos inerentes à obrigação por desativação dos ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido.

Os custos futuros estimados de desativação são revisados anualmente. Mudanças nos custos futuros ou nas taxas de desconto aplicadas são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Caixa e bancos  
Equivalentes de caixa

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras referem-se principalmente, a Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), contratos junto a entidades financeiras de primeira linha, com liquidez imediata e referenciados a Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") com taxa média de 12,15% a.a. (11,74% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

Documentos assinados digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA  
04067191000160 Pub: 18/03/2025  
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link  
<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2025/03/18/AMERICEL1581403518032025.pdf>  
Hash: 17422515605b9b015446d24918926feae7b1f10550

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

**5. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS**

	2024	2023
Contas a receber circuitos e compartilhamento	3.162	4.972
Provisão para perdas de crédito esperadas	(840)	(841)
	<b>2.322</b>	<b>4.131</b>

A seguir apresentamos os montantes a receber, por idade de vencimento:

	2024	2023
A vencer	204	664
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	154	178
De 31 a 90 dias	161	158
Mais de 90 dias	2.643	3.972
	<b>3.162</b>	<b>4.972</b>

**6. TRIBUTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS, LÍQUIDOS**

**6.1. Tributos a recuperar, líquidos**

	2024	2023
ICMS a recuperar	260	853
Imposto de renda e contribuição social	412	1.218
Imposto de renda retido na fonte	30	168
PIS/COFINS <sup>(1)</sup>	49.101	99.086
Outros	21	—
	<b>49.824</b>	<b>101.325</b>

Circulante  
Não circulante

<sup>(1)</sup> Contempla crédito de PIS e COFINS decorrente da ação judicial transitada em julgada em agosto de 2018 para exclusão do ICMS das bases de cálculo das referidas contribuições da Companhia, o montante de R\$47.724 em 31 de dezembro de 2024 (R\$47.420 em 31 de dezembro de 2023), referentes aos períodos de 2001 a 2006.

**6.2. Tributos diferidos, líquidos**

O tributo diferido ativo, líquido do tributo diferido passivo, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias ativas e passivas foi reconhecido contabilmente pela Companhia, quando aplicável, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no CPC 32.

A Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprescritíveis, não há data-limite para a utilização dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários.

Os créditos tributários diferidos apresentados foram constituídos no pressuposto de sua realização futura. As estimativas de recuperação dos créditos tributários são revisadas, no mínimo, anualmente e estão suportadas por projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, societárias, estratégicas e de negócios, consideradas no encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2024.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contábeis, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderão haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Os principais componentes do tributo diferido ativo, líquido estão demonstrados a seguir:

	2024	2023
Imposto de renda	111.418	40.118
Contribuição social	4.086	1.471
	<b>115.504</b>	<b>41.589</b>

Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022	111.418	40.118
Constituição	4.086	1.471
Realização <sup>(1)</sup>	(4.063)	(1.464)
	<b>111.441</b>	<b>40.118</b>

<sup>(1)</sup> Do valor realizado no ano, o montante de R\$161 foi registrado no patrimônio líquido referente ao efeito de imposto de renda e contribuição social sobre a perda na atualização do plano de benefício pós-emprego (ganho de R\$292 em 31 de dezembro de 2023).

**7. INVESTIMENTO**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os detalhes da investida, são como se seguem:

	2024	2023
Lucro líquido do Patrimônio líquido do exercício	207.840	13.513.777
Claro NXT Telecomunicações S.A. ("Claro NXT")	207.840	13.513.777

**Resumo do Balanço Patrimonial:**  
Ativo circulante  
Ativo não circulante  
Total do ativo  
Passivo circulante  
Passivo não circulante  
Patrimônio líquido  
Total do passivo e patrimônio líquido

**Resumo da Demonstração de Resultados:**  
Receita operacional, líquida  
Custos e despesas operacionais  
Resultado financeiro, líquido  
Imposto de renda e contribuição social  
Lucro líquido do exercício

A movimentação do saldo de investimento está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Claro NXT	207.840	13.513.777

**Saldo em 31 de dezembro 2022**  
Resultado de equivalência patrimonial  
Reflexo de passivo atuarial

**Saldo em 31 de dezembro 2023**  
Resultado de equivalência patrimonial  
Reflexo de passivo atuarial

**Saldo em 31 de dezembro 2024**

**8. IMOBILIZADO**

**Descrição**  
Equipamentos de transmissão  
Infraestrutura  
Equipamentos de comutação  
Prédios  
Terrenos  
Outros ativos imobilizados  
Imobilizado em andamento  
Imobilizado total (a)  
Terrenos

**Direito de uso (b)**  
Imobilizado, líquido

**Equipamentos de transmissão**  
376.781

**Infraestrutura**  
357.127

**Equipamentos de comutação**  
36.851

**Prédios**  
5.371

**Terrenos**  
1.355

**Outros ativos imobilizados**  
6.865

**Imobilizado em andamento <sup>(1)</sup>**  
1.913

**Total**  
786.263

**Equipamentos de transmissão**  
376.781

**Infraestrutura**  
357.922

**Equipamentos de comutação**  
36.851

**Prédios**  
5.371

**Terrenos**  
1.355

**Outros ativos imobilizados**  
6.865

**Imobilizado em andamento <sup>(1)</sup>**  
1.003

**Total**  
786.148

**Equipamentos de transmissão**  
(369.129)

**Infraestrutura**  
(355.978)

**Equipamentos de comutação**  
(36.829)

**Prédios**  
(5.171)

**Terrenos**  
(1.900)

**Outros ativos imobilizados**  
(6.090)

**Imobilizado em andamento**  
(190)

**Imobilizado total (a)**  
(773.716)

**Terrenos**  
(5.264)

**Direito de uso (b)**  
(185)

**Imobilizado, líquido**  
(1.393)

<sup>(1)</sup> Equipamentos de informática, móveis e utensílios.

O saldo do imobilizado em andamento é constituído principalmente por gastos com obras civis e equipamentos para a construção de rede de transmissão.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não ocorreram encargos financeiros relativos a financiamentos para aquisição dos equipamentos em construção ou encerramento das obras de instalação.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía bens do ativo imobilizado dados em garantia de processos judiciais.

**b) Movimentação do direito de uso em arrendamento - CPC 06 (R2)**

	2024	2023
Infraestrutura	9.238	9.238
Veículos	24.765	42.240
Total	(7.555)	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	26.448	32.268
Adições, líquidas <sup>(1)</sup>	(1.918)	33
Amortização do direito de uso	(6.172)	(42)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	18.358	23.181

<sup>(1)</sup> Representa principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.

**c) Revisão da vida útil**  
A Administração da Companhia revisa anualmente a vida útil do seu ativo. Tal revisão é suportada com dados históricos, mudança no ambiente econômico em que a Companhia atua. Com base na revisão da vida útil econômica remanescente a Administração concluiu que a estimativa de vida útil do seu ativo imobilizado representa adequadamente a vida econômica do ativo.

**d) Análise de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis**  
Conforme descrito na Nota 3.1.1, a Companhia efetuou análise dos indicativos de perda para os ativos imobilizado e intangível, bem como efetuou o estudo de recuperabilidade, calculando o valor em uso das unidades geradoras de caixa para comparação com os valores contábeis. Como resultado, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos não financeiros.

**9. INTANGÍVEL**

**Descrição**  
Licenças de outorga  
Intangível, líquido

**Movimentação do intangível**

	2024	2023
Saldo em 31/12/2022	10.729	10.729
Adições	—	—
Saldo em 31/12/2023	10.729	10.729
Adições	—	—
Saldo em 31/12/2024	10.729	10.729

**Custo**  
Direito de uso de software  
Licenças de outorga  
Total

**Amortização**  
Direito de uso de software  
Licenças de outorga  
Total

**Intangível, líquido**  
As licenças de outorga referem-se a uma



**AMERICEL S.A.**

CNPJ: 01.685.903/0001-16



★ continuação

**g) Outras contingências tributárias**  
A Companhia possui ainda outras contingências fiscais e previdenciárias. Em 31 de dezembro de 2024 o valor é de R\$12.579 (R\$13.211 em 31 de dezembro de 2023), do qual foi provisionado o montante de R\$1.651 em 31 de dezembro de 2024 (R\$1.568 em 31 de dezembro de 2023).

**12.1.3 Contingências trabalhistas**  
A Companhia possui contingências trabalhistas. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessas contingências é de R\$142 (R\$325 em 31 de dezembro de 2023) consideradas como perdas prováveis pelos administradores e consultores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2024, não há contingências consideradas como perdas possíveis pelos administradores e consultores jurídicos.

**12.2. Provisão para desmantelamento de ativos**  
A Companhia mantém registrada provisão para obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos pelo seu valor presente, que consiste na capitalização dos custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros. A depreciação dos valores ativados é calculada com base na vida útil dos ativos. Esta capitalização tem como contrapartida uma provisão das obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos, descontada ao valor presente de modo a refletir a melhor estimativa corrente, prática em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingente. Em 31 de dezembro de 2024, o montante registrado no ativo imobilizado na rubrica de infraestrutura, líquido da depreciação acumulada correspondente a R\$1.210 (R\$79 em 31 de dezembro de 2023). E o montante de R\$15.957 registrado no passivo, na rubrica de provisões não circulantes (R\$7.008 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, as obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos foram registradas pelo seu valor presente. As taxas de descontos utilizadas refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos da Companhia.

A movimentação da provisão para desmantelamento de ativos é como segue:

	2024	2023
Saldo inicial	7.008	6.778
Atualização monetária	7.768	340
Adições (baixas), líquidas	1.181	(110)
<b>Total</b>	<b>15.957</b>	<b>7.008</b>

**13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

**13.1. Condições gerais**

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos acordados entre as partes, e seus principais saldos e valores estão descritos abaixo. A Companhia avalia a recuperabilidade das partes relacionadas e não há necessidade de provisionamento.

As naturezas das transações com partes relacionadas são dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, transações operacionais (aluguel de circuito e outros), que por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Conforme descrito na Nota 14, a Companhia é patrocinadora de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados junto à Telos.

Composição e natureza das transações:

	2024		2023		2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)	Receita (Despesa)
Claro NXT <sup>(1)</sup>	-	40.271	-	102.313	(10.146)	-	(13.017)	-
ClaroPar	-	1.003	-	89.449	-	-	-	-
Claro <sup>(2)</sup>	13.392	4.060	26.051	4.937	159.017	-	166.250	-
Outros	-	815	-	692	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>13.392</b>	<b>45.949</b>	<b>26.051</b>	<b>197.391</b>	<b>148.871</b>	-	<b>153.233</b>	-
Circulante	13.392	43.091	26.051	91.318	-	-	-	-
Não circulante	-	2.858	-	106.073	-	-	-	-

<sup>(1)</sup> Para fazer face aos seus compromissos de fluxo de caixa e investimentos, em 05 de novembro de 2020, a Companhia contratou um mútuo junto à Claro, no valor de R\$120.000, pelo prazo de 2 anos, com vencimento em 05 de novembro de 2022, com juros remuneratórios de CDI + 2,3% a.a. Em 14 de junho de 2021, a Claro conferiu integralmente para a Claro NXT o direito de recebimento deste mútuo.

Em 29 de julho de 2022, a Companhia liquidou parcialmente esse mútuo, efetuando um pré-pagamento do principal de R\$36.000 e R\$ R\$3.396 de juros. Em 2024, os juros provisionados foram de R\$10.146 (R\$13.017 em 31 de dezembro de 2023).

<sup>(2)</sup> Inclui principalmente receita bruta de cessão de meios de transmissão.

**14. PASSIVO ATUARIAL**

Demonsrativo de movimentação do passivo atuarial:

	2024	2023
Saldo inicial	2.372	1.462
Outros resultados abrangentes	(474)	861
Custo dos serviços passados	(28)	(141)
Custos dos serviços e juros, líquidos	268	190
<b>Saldo final</b>	<b>2.138</b>	<b>2.372</b>

A Companhia oferece aos seus funcionários a possibilidade de participar do plano de previdência privada do tipo PGBL ("Plano Gerador de Benefício Livre"), por intermédio do Icatu Hartford até 30 de abril de 2009, que administrava os fundos de investimentos.

A partir de 1º de maio de 2009, a ITAUPREV passou a ser a administradora do Plano de Previdência Privada Complementar. Os valores que dizem respeito à parte da Companhia já foram integralmente transferidos. As reservas dos associados ou ex-associados que não fizeram a opção de portabilidade, continuam com os seus valores no Icatu Hartford.

A partir de 1º de janeiro de 2015 foi implantado o novo Plano de Previdência Privada junto à TELOS - Fundação EmbraTel de Seguridade Social ("TELOS"), entidade fechada de previdência privada, e pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativas, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo sede e foro no Rio de Janeiro. O plano da ITAUPREV está mantido somente para aqueles já inscritos até 31 de dezembro de 2014.

O PCV foi instituído pela Telos, revisto pelo Governo Federal e aprovado em 19 de novembro de 1998. A modalidade do plano é variável e a contribuição da patrocinadora para participantes inscritos antes de 31 de outubro de 2014 é de 1% a 8% e para inscritos após esta data é de 1% a 7% do salário aplicável do participante (mesmo percentual de contribuição do empregado sobre o salário base, livremente escolhido pelo participante), além da contribuição extraordinária prevista no regulamento do plano para financiamento das despesas administrativas e do saldo de conta projetada, para benefícios nos casos de incapacidade e morte do participante em atividade.

A Companhia oferece plano de saúde a seus empregados, que representa um passivo atuarial no desligamento ou aposentadoria em função lei 9.656/98, que garante a continuidade, temporária ou vitalícia, dependendo do tempo de contribuição e se enquadram como benefícios pós-emprego.

Seguem as movimentações da obrigação referente ao plano de saúde:

	2024	2023
Saldo inicial	(2.372)	(1.462)
Custo dos serviços corrente	(50)	(44)
Custo dos juros	(218)	(146)
Ganho (perdas) atuariais	443	(881)
Benefícios pagos	32	20
Custo dos serviços passados	28	141
<b>Saldo final</b>	<b>(2.137)</b>	<b>(2.372)</b>

Na tabela abaixo, apresenta-se o fluxo de caixa projetado para as obrigações do plano de saúde:

Ano	2024	2024
2025	-	14
2026	-	17
2027	-	21
2028	-	25
2029	-	30
<b>2030 a 2034</b>	-	<b>537</b>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, para os planos são:

	2024	2023
Custo dos serviços corrente	(50)	(44)
Juros líquido passivo	(218)	(146)
<b>Saldo final</b>	<b>(268)</b>	<b>(190)</b>

Principais premissas atuariais utilizadas:

a) Fatores econômicos	<b>Plano de saúde</b>
(I) Taxa de desconto	11,20% a.a.
(II) Taxa anual de inflação a longo prazo	3,50% a.a.
b) Fatores biométricos	<b>Plano de saúde</b>
(i) Tábua de mortalidade geral	AT-2000 <sup>(1)</sup>
(ii) Tábua de mortalidade de inválidos	CSO 80
(iii) Tábua de entrada em invalidez	UP 84
(iv) Rotatividade	Nula
<sup>(1)</sup> Tábuas específicas por sexo.	

**Análise de sensibilidade**  
As principais premissas ponderadas utilizadas para a análise de sensibilidade do saldo das obrigações dos planos, são como seguem:

	Plano de saúde: 1 ano de crescimento da expectativa de vida
Taxa de desconto	10,20% -12,20%
Custos médicos	Crescimento/Redução de 1%

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

As análises de sensibilidade, apresentadas, baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as demais:

	Taxa de desconto	
	1%	-1%
	1.769	(2.609)
	<b>Custos Médicos</b>	
	1%	-1%
	2.620	(1.758)

**Plano de saúde**

**15. PASSIVO DE ARRENDAMENTO**

A Companhia possui contratos classificados como arrendamentos que se enquadram no escopo da CPC 06 (R2). O passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental de empréstimo. A taxa média anual ponderada consolidada dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2024 é de 12,31% (12,64% em 31 de dezembro de 2023) com prazo médio de vencimento de cinco anos.

A movimentação dos arrendamentos está demonstrada a seguir:

	2024	2023
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>10.016</b>	
Adições, líquidas <sup>(1)</sup>	24.807	2.214
Encargos financeiros	2.214	2.214
Pagamentos	(9.457)	(2.214)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>27.580</b>	
Adições, líquidas <sup>(1)</sup>	(1.885)	2.492
Encargos financeiros	(8.293)	(8.293)
Pagamentos	2.492	2.492
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>19.894</b>	
Circulante	6.397	6.397
Não circulante	13.497	13.497

<sup>(1)</sup> Representa principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar dos arrendamentos em 31 de dezembro de 2024:

Vencimento das prestações	Valor
2025	7.404
2026	6.340
2027	5.611
2028	3.667
2029	899
Posterior a 2029	2.099
Valores não descontados	26.202
Juros embutidos	(6.126)
<b>Saldo do passivo de arrendamento</b>	<b>19.894</b>

**16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**Capital social**

Em 09 de dezembro de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), foi aprovado um aumento de capital da Companhia no valor de R\$50.000 com a emissão de 988.707.864, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela controladora Claropar e integralizadas em moeda corrente nacional.

Em 30 de dezembro de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), foi aprovado um aumento de capital da Companhia no valor de R\$1.954.206, mediante capitalização da reserva de lucros da Companhia constante no balanço nesta mesma data, sem a emissão de novas ações. Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$3.692.804 (R\$1.688.598 em 31 de dezembro de 2023), divididos em 76.903.338.642 ações ordinárias (75.914.630.778 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2023) todas nominativas e sem valor nominal.

**Reserva de lucros**  
a) Reserva Legal

A legislação societária brasileira determina que as sociedades anônimas criem uma reserva de até 20% do valor total do capital. Antes dos lucros serem distribuídos, as sociedades anônimas devem apropriar 5% do lucro líquido do exercício, limitado àquele percentual.

Em 2024 houve constituição de reserva legal no valor de R\$5.278 (R\$5.157 em 31 de dezembro de 2023).

b) Dividendos mínimos obrigatórios e dividendo adicional proposto

O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 1% do lucro líquido apurado conforme legislação societária.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia constituiu o dividendo mínimo obrigatório de R\$1.003 (R\$9.800 em 31 de dezembro de 2023).

Os dividendos adicionais propostos que ainda não foram aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, estão demonstrados no patrimônio líquido no montante de R\$99.288. Após a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária serão transferidos para o passivo circulante.

c) Dividendos intercalares

Em 30 de dezembro de 2023, em AGE, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intercalares da Companhia, no montante de R\$79.649, com base no resultado apurado conforme balanço patrimonial levantado especificamente para tal finalidade com data de 30 de novembro de 2023.

d) Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia constituiu pela reserva de lucros o montante de R\$ 890.554.

e) Ganhos e perdas em transações de capital

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia não realizou perda em transação de capital.

f) Distribuição de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio

Em 09 de janeiro de 2024, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$15.000 à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Em 20 de janeiro de 2023, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$4.000 à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de janeiro de 2023, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$9.000 à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em 27 de fevereiro de 2023, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$17.000 à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em 17 de maio de 2023, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$9.000 à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em 20 de junho de 2023, foi aprovada a proposta de pagamento de juros sobre capital próprio ("JSCP") no valor de R\$20.000 à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em 29 de agosto de 2023, foi aprovada a proposta de pagamento de JSCP no valor de R\$17.647 à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em 10 de novembro de 2023, foi aprovada a proposta de pagamento de JSCP no valor de R\$14.118 à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

g) Destinação do lucro líquido

	2024	2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>105.569</b>	<b>1.031.582</b>
Constituição de reserva legal	(5.278)	(51.579)
<b>Lucro ajustado</b>	<b>100.291</b>	<b>980.003</b>
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.003)	(9.800)
Dividendos intercalares	-	(79.649)
Dividendo adicional proposto	(99.288)	-
Apropriação à reserva de lucros	-	(890.554)
	-	-

**17. RECEITA OPERACIONAL, LÍQUIDA**

	2024	2023
Receita bruta de serviços	163.261	163.514
Deduções:		
Tributos	(6.602)	(6.625)
<b>Receita operacional, líquida</b>	<b>156.659</b>	<b>156.889</b>

**18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

As demonstrações dos resultados da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	2024	2023
Custos dos serviços prestados	(17.785)	(32.641)
Despesas comerciais	(2.821)	(252)
Despesas gerais e administrativas	(4.106)	(10.288)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(16.572)	4.312
	(41.284)	(38.869)
Serviços de terceiros	(3.456)	(6.806)
Depreciação e amortização	(8.120)	(12.831)
Mão de obra própria	(15.859)	(16.005)
Outras receitas (custos e despesas), líquidas	(13.849)	(3.227)
	(41.284)	(38.869)

**DIRETORIA**

Roberto Catalão Cardoso - Diretor  
José Rolando Pedro Silva Olmos - Diretor

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

**19. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO**

	2024	2023
Receitas financeiras	-	-
Juros sobre tributos e outros	6.268	10.940
Receita sobre aplicação financeira	3.005	100
Outras receitas	903	902
Variações cambiais, líquidas	-	3
	10.176	11.945

Despesas financeiras	(10.146)	(13.017)
Juros sobre mútuos	(2.607)	(161)
Provisão para contingências	(36.227)	(10.881)
Juros sobre tributos	(2.492)	(2.214)
Arrendamentos	(241)	(49)
Juros sobre passivo atuarial	(1.702)	(2.522)
Outras despesas financeiras	(7.769)	(1.126)
Variações monetárias, líquidas	(61.184)	(29.970)
	(51.008)	(18.025)